



A EDUCAÇÃO FÍSICA COMO COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

DOI 10.5281/zenodo.13617897

Dayane A. Fanti Tangerino¹
Renata A. Drape²

RESUMO

Nas últimas décadas a educação infantil têm se ampliado a olhos vistos, além de ganhar solidez no âmbito da educação formal, também tem se apresentado como alvo de programas e ações governamentais, documentos norteadores e materiais com orientações visando assegurar o direito da criança pequena. Nessa perspectiva este trabalho objetiva comprovar, através da análise da legislação, que a educação física é componente curricular obrigatório na educação infantil, suscitando reflexão e discussão acerca da inserção do professor de educação física na educação infantil. Para tanto, utilizamos a abordagem qualitativa, de base bibliográfica e documental, e, tendo como aporte teórico: Sayão (1999; 2002; 2008), Darido (2005; 2007), Ayoub (2001). Concluímos que se faz evidente e necessária a articulação entre a educação física e a educação infantil, dessa forma, o componente curricular de educação física deve fazer parte do currículo da Educação Infantil.

Palavras-chave: Educação Infantil. Educação Física. Componente Curricular.

ABSTRACT

In recent decades, early childhood education has expanded dramatically, in addition to gaining solidity within the scope of formal education, it has also been the target of government programs and actions, guiding documents and materials with guidelines aimed at ensuring the rights of young children. From this perspective, this work aims to prove, through the analysis of legislation, that physical education is a mandatory curricular component in early childhood education, prompting reflection and discussion about the inclusion of physical education teachers in early childhood education. To do so, we used a qualitative approach, based on bibliography and documents, and, having as theoretical support: Sayão (1999; 2002; 2008), Darido (2005; 2007), Ayoub (2001). We conclude that the articulation between physical education and early childhood education is evident and necessary, therefore, the physical education curricular component must be part of the Early Childhood Education curriculum.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2005) e em Ciências Jurídicas pela Universidade Paulista (2010). Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Escola Paulista de Direito e em Gestão Pública Municipal pela Universidade Federal de São João Del-Rey. Mestre em Direito Penal pela Universidade de São Paulo. Advogada. Procuradora Legislativa. Professora na Faculdade de Araraquara (FARA). E-mail:dayanefanti@gmail.com.

² Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2003). Especialista em Educação Especial: ênfase generalista. Especialista em Coordenação Pedagógica e Supervisão Escolar. Especialista em Literatura e Outras linguagens na Educação Infantil. Mestre em Educação pela Universidade Federal de São Carlos. Professora de Educação Infantil. E-mail:renatadrape17@gmail.com.



Keywords: Early Childhood Education. Physical education. Curricular component.

1. INTRODUÇÃO

A consolidação da Educação Infantil como nível de ensino que compõe a Educação Básica é resultado de um processo histórico de reconhecimento da importância dos primeiros anos de vida na formação integral das crianças. Ao longo do tempo, houve uma mudança significativa na concepção de infância, passando de um período negligenciado a uma fase essencial para o desenvolvimento humano.

No Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, a Educação Infantil foi oficialmente reconhecida como etapa educacional, garantindo o direito à educação desde a mais tenra idade. Essa consolidação também foi fortalecida pelos documentos normativos, como os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (RCNEI), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (DCNEI), e, a Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que estabelecem princípios e diretrizes para a organização e oferta de uma educação de qualidade voltada às especificidades e necessidades das crianças nessa faixa etária.

Tais documentos normativos apontam o papel fundamental que a educação infantil apresenta frente a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças de zero a cinco anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, e, dessa forma, é necessário que o trabalho pedagógico abranja os diferentes conteúdos curriculares previstos nos documentos legais e normativos.

Dentre os componentes curriculares para a educação infantil, por inclusão, temos a educação física, que por sua vez, desempenha um papel significativo ao promover o movimento, a interação social, a descoberta do corpo e a construção do conhecimento por meio de práticas lúdicas e motoras.

Nesse sentido, a inclusão da Educação Física como componente curricular obrigatório na Educação Infantil se apresenta como um tema de grande importância e complexidade, suscitando questionamentos relevantes, como: A educação física pode ser considerada como componente curricular na educação infantil? Qual a importância da inclusão da educação física como componente curricular na educação infantil? Quais as possibilidades de inserção do professor de educação física na educação infantil?

Diante de tais questionamentos o presente trabalho tem como objetivo geral comprovar, por meio da análise da legislação, que a educação física é componente



curricular obrigatório na educação infantil. Apontamos, ainda, como objetivos específicos: apontar e descrever a importância da educação física na educação infantil; e, suscitar reflexão e discutir acerca da inserção do professor de educação física na educação infantil.

Este trabalho justifica-se pela relevância de compreender se a educação física é componente curricular obrigatório na educação infantil, bem como a importância dessa disciplina para o desenvolvimento integral da criança nesse nível educacional. Além disso, a investigação pode fornecer subsídios teóricos e práticos para a formação de professores, o planejamento curricular e a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social das crianças.

Ao explorar essas questões, busca-se, também, ampliar o conhecimento sobre a temática, proporcionando subsídios para o aprimoramento da educação física na educação infantil e contribuir para a formação de indivíduos ativos, saudáveis e conscientes de seus corpos e habilidades motoras.

Por fim, este estudo visa contribuir para o debate acadêmico e prático sobre a educação física como componente curricular obrigatório na educação infantil, identificando desafios, explorando possibilidades e apresentando propostas que favoreçam uma prática pedagógica de qualidade nessa área.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente ensaio de abordagem qualitativa, de base bibliográfica e documental, apresenta-se como uma revisão crítica da literatura, que, conforme explicitam Botelho, Cunha e Macedo (2011), o objeto de estudo desse método é a literatura, necessária à análise e interpretação de um corpo de conhecimentos para esclarecer o objetivo proposto na investigação.

Tais estudos são caracterizados pela análise e síntese de informações encontradas em outras pesquisas que abordam o assunto investigado, possibilitando considerações ao final da revisão. (MANCINI; SAMPAIO, 2006).

Também utilizaremos a análise documental de emendas constitucionais, resoluções e de documentos normativos como a Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN), o Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil (RCNEI), a Diretriz Curricular Nacional para a Educação Infantil (DCNEI), e, a Base Nacional Curricular da Educação infantil (BNCC).



Ademais, analisamos, ainda, livros e trabalhos acadêmicos que discutem e apresentam reflexões, sugestões que podem contribuir para uma maior compreensão da temática da educação física na educação infantil.

Posto isto, essa pesquisa teve como aportes os trabalhos de Sayão (1999; 2002; 2008), Darido (2005; 2007), e, Ayoub (2001), que abordam a temática em questão.

3. BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

A Educação Infantil no Brasil possui raízes históricas que remontam ao período colonial, onde predominava a visão assistencialista e caritativa em relação às crianças desfavorecidas.

Durante o período colonial o abandono de crianças geralmente estava associado ao adultério, a pobreza extrema, e, a orfandade. Deste modo, era comum que os recém-nascidos fossem abandonados em locais onde sobreviver era improvável, como por exemplo, em matagais, assim, seguindo o modelo português, no Brasil, foram instituídas as rodas dos expostos que sempre estiveram ligadas às instituições caridosas (abadias, mosteiros e irmandades beneficentes).

As crianças abandonadas, eram encaminhadas a amas de leite e, posteriormente, a amas secas, que as criariam até o momento em que pudessem ser encaminhadas a um “destino útil”, o que significava ser direcionada ao trabalho em tenra idade, frequentemente em casas de família.

Dessa forma, desde o princípio, a caridade da Roda dos Expostos e a suplementação de mão de obra infantil na cidade estava intrinsecamente ligada. Entendia-se, segundo os padrões de moralidade da época – para os quais a pobreza afigurava-se mais como falta de caráter e empenho do que como problema social – que como filhos advindos das classes pobres deveriam ser educados como trabalhadores para que não repetissem as falhas de seus pais e não se tornassem vagabundos nocivos à sociedade. (KUHLMANN JR., 2011).

Posteriormente, no Brasil imperial, de modo sintetizado, encontramos a influência hegemônica de dois modelos institucionais internacionais que foram precursores no atendimento às crianças pequenas e bem pequenas. O primeiro modelo a que nos referimos é o modelo francês, constituído pelas “*crèches*” ou “*salles d’asile*”, que tinham o intuito de acolher e cuidar das crianças pobres cujas mães precisavam trabalhar para compor ou constituir a renda da família e garantir o sustento da mesma.



O outro modelo mencionado é o “Kindergarten” ou “jardim de infância”, criado pelo alemão Friederich Froebel, cujo objetivo primeiro era a assistência e a educação das crianças de três a seis anos, e segundo Vanti (2002, p. 100), tinha um currículo baseado “essencialmente em uma filosofia místico-religiosa, e num sentimento religioso que buscava a harmonia e a unidade homem – natureza – Deus.”

No Brasil, assim como em alguns países europeus capitalistas, ao final do período imperial e início da república desponta no setor privado a educação pré-escolar por meio do jardim de infância, de orientação froebeliana, para atender a elite, “servindo como instrumento de discriminação social, oferecendo status superior às crianças dos meios privilegiados” (Kishimoto, 1990, p.56).

Nos anos de 1910 e 1920 ocorre a implantação das primeiras instituições pré-escolares junto às indústrias. Eram, então, fundadas as primeiras creches para as crianças bem pequenas com a previsão posterior da instalação de jardins de infância para atender as crianças pequenas, entretanto, tais instituições não eram tidas como um direito do trabalhador ou da criança, configuravam-se como “dádivas” filantrópicas de entidades assistencialistas, sob um viés de controle das classes trabalhadoras, onde a pobreza era concebida como um componente da ordem natural de Deus. (KUHLMANN JR, 1998).

Durante o período do Estado Novo, na década de 1930, ocorreu um maior investimento na educação infantil. Pilotti e Rizzini (1995, p. 21) destacam que "essa valorização da primeira infância era parte de uma estratégia mais ampla de construção da nação, visando formar cidadãos saudáveis e produtivos".

No entanto, somente a partir da Constituição de 1988, conhecida como a Constituição Cidadã, é que a educação infantil foi reconhecida como um direito das crianças. Pilotti e Rizzini (1995, p. 27) enfatizam que "essa conquista constitucional representou um marco importante, impulsionando a melhoria da oferta e a qualificação dos serviços de educação infantil em todo o país." A partir desse momento, a educação infantil passou a ser vista como um nível educacional essencial, com a criação de políticas e diretrizes específicas para sua implementação.

Contudo, para Khumann Jr. (2011) ainda há desafios a serem enfrentados. A universalização do acesso à educação infantil, a garantia de uma educação de qualidade e a valorização dos profissionais são questões que demandam atenção contínua. O referido autor destaca, ainda, que "a construção de uma educação infantil inclusiva e emancipadora requer investimentos consistentes e ações articuladas entre governos, instituições de ensino e sociedade civil". (KHUMANN JR., 2011, p. 96).



4. EDUCAÇÃO FÍSICA: COMPONENTE CURRICULAR OBRIGATÓRIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL?

O reconhecimento da creche e da pré-escola como primeira etapa da educação básica ocorre com a promulgação da Constituição Federal de 1988, artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: [...] IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade; [...]” (BRASIL, 1988)³.

Entretanto, é a partir da Lei de Diretrizes e Bases da educação Nacional (LDBEN), em 1996, que se inicia o processo de inserção da creche e da pré-escola, enquanto educação infantil, nos sistemas de ensino, adotando-se um novo paradigma de atendimento à infância, instaurado a partir da década de 90, guiado pela Convenção sobre os Direitos da Criança (de 20 de novembro de 1989).

A LDBEN também aponta o papel fundamental que a educação infantil apresenta frente a aprendizagem e o desenvolvimento integral das crianças de 0 a 5 anos em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social e, dessa forma, é necessário que o trabalho pedagógico abranja os diferentes conteúdos curriculares previstos nos documentos legais e normativos.

Para que o leitor siga conosco a linha de raciocínio que traçaremos acerca do currículo da educação infantil, de forma especial ao que se refere à educação física, transcrevemos abaixo o artigo 21 da LDBEN:

Art. 21. A educação escolar compõe-se de:

I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio;

II - educação superior. (BRASIL, 1996, grifo nosso).

Tendo como parâmetro o que está disposto no artigo transcrito acima, podemos afirmar que a educação infantil, assim como os outros níveis de ensino, a saber o ensino fundamental e o ensino médio, é parte integrante da educação básica, e, para seguirmos a linha de raciocínio, transcrevemos abaixo o artigo 26 da referida Lei:

Art. 26. **Os currículos da educação infantil**, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum,

³ Fizemos propositadamente a citação da primeira versão publicada da Constituição Federal. Contudo, sua redação foi alterada pela emenda constitucional nº 53, de 2006, passando a vigorar da seguinte forma: “IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade.”



a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos.

[...]

§ 3º **A educação física**, integrada à proposta pedagógica da escola, **é componente curricular obrigatório da educação básica**, [...]. (BRASIL, 1996).

Nessa perspectiva, ao considerarmos que a educação infantil integra a educação básica, e, que a educação física é componente curricular obrigatório da educação básica, logo, a educação física é componente obrigatório da educação infantil, assim, dentre os componentes curriculares para a educação infantil, por inclusão, temos a educação física.

Reafirmamos que com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº.9.394/1996, o direito da criança se consolidou, e o dever do Estado em promover as condições de acesso e permanência, fazendo com que a educação infantil se tornasse parte da Educação Básica. Tal movimento político produziu documentos oficiais de orientação curricular para a Educação Infantil conforme veremos a seguir.

O Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil (RCNEI) foi o primeiro documento oficial que objetiva a orientação curricular, publicado em 1998. Dentre os objetivos gerais estabelecidos pelo RCNEI, não há uma referência explícita à educação física, entretanto, encontramos objetivos que dizem respeito ao “corpo” e ao “movimento”, tais como:

- Descobrir e conhecer progressivamente seu próprio corpo, suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo e valorizando hábitos de cuidado com a própria saúde e bem-estar;
- Brincar, expressando emoções, sentimento, pensamentos, desejos e necessidades;
- Utilizar as diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, oral e escrita) ajustadas às diferentes intenções e situações de comunicação, de forma a compreender e ser compreendido, expressar suas ideias, sentimentos, necessidades e desejos e avançar no seu processo de construção de significados enriquecendo cada vez mais sua capacidade expressiva. (RCNEI, 1988, p. 28, VOL. 1).

No RCNEI não encontramos o componente educação física, entretanto, dentre os eixos de conhecimento, há o eixo Movimento que traz conteúdos que podem análogos aos conteúdos da educação física, vejamos:



Os conteúdos deverão priorizar o desenvolvimento das capacidades expressivas e instrumentais do movimento, possibilitando a apropriação corporal pelas crianças de forma que possam agir com cada vez mais intencionalidade. Devem ser organizados num processo contínuo e integrado que envolve múltiplas experiências corporais, possíveis de serem realizadas pela criança sozinha ou em situações de interação. Os diferentes espaços e materiais, os diversos repertórios de cultura corporal expressos em brincadeiras, jogos, danças, atividades esportivas e outras práticas sociais são algumas das condições necessárias para que esse processo ocorra. (RCNEI, 1988, p. 28, VOL. 3).

Já as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação infantil (DCNEI), foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) em 2009, e, definem as competências e diretrizes para a educação infantil. Por esse motivo, as DCNEI estabelecem as bases para que as redes de ensino e/ou as unidades escolares definam seus currículos e conteúdos mínimos para garantir uma formação comum.

As DCNEI também não apresentam de forma explícita o componente educação física, entretanto, fazem alusão aos conteúdos de educação física, conforme o excerto abaixo:

Art. 9º As práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação Infantil devem ter como eixos norteadores as interações e a brincadeira, garantindo experiências que:

I - promovam o conhecimento de si e do mundo por meio da ampliação de experiências sensoriais, expressivas, corporais que possibilitem movimentação ampla, expressão da individualidade e respeito pelos ritmos e desejos da criança; (DCNEI, 2009).

Assim, as DCNEI destacam a importância de proporcionar às crianças experiências que promovam o desenvolvimento motor, o cuidado com o corpo, o movimento, o brincar, a expressão e a interação social. Através das atividades de educação física, as crianças têm a oportunidade de explorar o próprio corpo, desenvolver habilidades motoras básicas, experimentar diferentes formas de movimento, participar de jogos e brincadeiras, expressar emoções e interagir com outras crianças.

Posteriormente, mas, ainda com o intuito de estabelecer um currículo que tivesse abrangência nacional, unificando, assim, o sistema educativo em todo território nacional, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em meados de 1917. Intuito esse, pautado em influências internacionais, de forma que padrões de qualidade da educação fossem mantidos.



A BNCC apresenta em seu histórico três versões para etapas da educação infantil e do ensino fundamental. Segundo Neira e Souza Júnior (2016), depois de ter sofrido inúmeras críticas, sugestões e contribuições em consultas, debates, reuniões, discussões públicas, além de seminários e eventos na área da educação com a participação de professores da educação básica e magistério superior, pesquisadores, comunidades escolares e participação da sociedade, tais versões da BNCC foram homologadas, mesmo contra a opinião e vontade de algumas destas forças representantes da sociedade civil.

No que diz respeito a etapa da educação infantil na BNCC, o componente curricular educação física não está presente de forma explícita, contudo, em sua essência, o componente curricular Educação Física se faz presente na educação infantil por meio dos direitos de aprendizagem e seus desenvolvimentos:

DIREITOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando seu acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.

Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo educador quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.

Expressar, como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário. (BNCC, 2017).



Podemos dizer, ainda, que o componente curricular educação física também se faz presente na educação infantil por meio dos campos de experiência, de forma mais latente no campo “Corpo, gestos e movimentos”:

Corpo, gestos e movimentos – Com o corpo (por meio dos sentidos, gestos, movimentos impulsivos ou intencionais, coordenados ou espontâneos), as crianças, desde cedo, exploram o mundo, o espaço e os objetos do seu entorno, estabelecem relações, expressam-se, brincam e produzem conhecimentos sobre si, sobre o outro, sobre o universo social e cultural, tornando-se, progressivamente, conscientes dessa corporeidade. Por meio das diferentes linguagens, como a música, a dança, o teatro, as brincadeiras de faz de conta, elas se comunicam e se expressam no entrelaçamento entre corpo, emoção e linguagem. As crianças conhecem e reconhecem as sensações e funções de seu corpo e, com seus gestos e movimentos, identificam suas potencialidades e seus limites, desenvolvendo, ao mesmo tempo, a consciência sobre o que é seguro e o que pode ser um risco à sua integridade física. Na Educação Infantil, o corpo das crianças ganha centralidade, pois ele é o partícipe privilegiado das práticas pedagógicas de cuidado físico, orientadas para a emancipação e a liberdade, e não para a submissão. Assim, a instituição escolar precisa promover oportunidades ricas para que as crianças possam, sempre animadas pelo espírito lúdico e na interação com seus pares, explorar e vivenciar um amplo repertório de movimentos, gestos, olhares, sons e mímicas com o corpo, para descobrir variados modos de ocupação e uso do espaço com o corpo (tais como sentar com apoio, rastejar, engatinhar, escorregar, caminhar apoiando-se em berços, mesas e cordas, saltar, escalar, equilibrar-se, correr, dar cambalhotas, alongar-se etc.). (BNCC, 2017).

As DCNEI destacam a importância do movimento como uma linguagem fundamental para as crianças expressarem suas emoções, necessidades e desejos. Reconhecem que o movimento está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento integral das crianças, envolvendo aspectos motores, cognitivos, emocionais e sociais.

Portanto, podemos observar que a educação física está legalmente inserida na educação infantil, seja implícita, seja explicitamente, por conseguinte, a educação física é componente curricular obrigatório da educação infantil. Pautados nessa informação, levantamos o seguinte questionamento: Então, qual é o profissional que deve lecionar o referido componente curricular na educação infantil?



Os currículos dos cursos de Pedagogia não ofertam formação específica em educação física⁴ para seus alunos, futuros professores, que na realidade cotidiana das instituições escolares atuarão como polivalentes, mesmo que não tenham sido formados adequadamente para tal.

Os cursos de Pedagogia trabalham o conhecimento sobre “movimento” por meio da abordagem Psicomotora, contudo, não podemos confundir a educação física com a Psicomotricidade, que, de acordo com Sayão (1999), passa a ser uma auxiliar das demais áreas que compõem o currículo escolar onde sua função é preparar ou colaborar com aprendizagens de cunho cognitivo, esquecendo-se de que esta possui conhecimentos próprios. Não se descarta os saberes produzidos por esse campo do conhecimento, o que se questiona é seu papel na educação infantil.

Não obstante aos impasses referentes a formação inicial e continuada dos professores polivalentes, é notório a importância da educação física no desenvolvimento integral das crianças pequenas e bem pequenas, dessa forma, é importante que o tema esteja presente no cotidiano escolar das crianças.

5. CONTRIBUIÇÕES DA EDUCAÇÃO FÍSICA PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

A educação física desempenha um papel crucial na educação infantil ao promover o movimento e o desenvolvimento motor das crianças. Deborah Thomé Sayão, renomada autora e pesquisadora na área da Educação Física, aborda a importância do movimentar-se na Educação Infantil, destacando sua relevância para o desenvolvimento global das crianças.

Segundo Sayão (2002, p. 36), "o movimento é uma forma essencial de expressão, comunicação e aprendizagem para as crianças", ressaltando que, por meio do movimento, as crianças exploram o ambiente, desenvolvem habilidades motoras, aprendem sobre si mesmas e interagem com o mundo ao seu redor. A autora enfatiza que o movimento não se restringe apenas ao aspecto físico, mas está intrinsecamente ligado ao desenvolvimento cognitivo, emocional e social das crianças.

De acordo com Sayão (2002, p. 48), "o movimento é uma linguagem própria da infância, um meio de conhecer, comunicar, expressar e aprender sobre si mesma e sobre

⁴ Dentre outros componentes curriculares como a música, que também são igualmente importantes para a formação do professor.



o mundo". Ela destaca a importância de proporcionar às crianças oportunidades de movimentar-se livremente, experimentar diferentes formas de movimento, brincar e interagir com outras crianças.

Para Sayão (2008, p. 52), "a Educação Física na Educação Infantil deve oferecer um ambiente rico em desafios motores, que estimule a curiosidade, a exploração, a descoberta e o prazer pelo movimento". Ela defende a abordagem lúdica e prazerosa da Educação Física, valorizando o brincar e as atividades corporais como forma de aprendizagem significativa para as crianças.

Dessa forma, por meio das atividades de Educação Física na Educação Infantil, as crianças têm a oportunidade de desenvolver habilidades motoras, como equilíbrio, coordenação e propriocepção, além de experimentar diferentes formas de movimento, como rastejar, saltar, girar e se deslocar em diferentes direções. Essas experiências contribuem para a construção do repertório motor das crianças, fortalecendo sua confiança e autonomia no corpo em movimento (SAYÃO, 2008).

Diante disso, a abordagem de Deborah Thomé Sayão reforça a importância da Educação Física na Educação Infantil como um meio essencial para o desenvolvimento integral das crianças, valorizando o movimento como uma forma de expressão, interação, aprendizagem e prazer.

Na mesma perspectiva acerca da educação física, Darido (2007), afirma que é por meio da educação física que as crianças têm a oportunidade de desenvolver habilidades motoras fundamentais, como correr, pular, equilibrar-se e manipular objetos, além de aprimorar a coordenação motora e a consciência corporal. Nesse sentido, as atividades físicas devem ser contextualizadas e significativas, levando em consideração os interesses e as necessidades das crianças, incentivando a autonomia e a participação ativa.

Para Darido (2005), considerando o cenário de Educação e também de Educação Física é de grande importância considerar os procedimentos, os fatos, os conceitos, as atitudes e os valores enquanto conteúdos, todos no mesmo nível de importância. A autora, assevera, ainda, que:

Neste sentido, o papel da Educação Física ultrapassa o ensinar esporte, ginástica, dança, jogos, atividades rítmicas, expressivas e conhecimento sobre o próprio corpo para todos, em seus fundamentos e técnicas (dimensão procedimental), mas inclui também os seus valores subjacentes, ou seja, quais atitudes os alunos devem ter nas e para as atividades corporais (dimensão atitudinal). E, finalmente, busca garantir o direito do aluno de saber porque ele está realizando este ou aquele movimento, isto



é, quais conceitos estão ligados àqueles procedimentos (dimensão conceitual). (DARIDO, 2005, p. 67).

Dessa forma, a abordagem de Suraya Cristina Darido destaca a importância da Educação Física como um meio essencial para o desenvolvimento motor, cognitivo, afetivo e social das crianças, promovendo o movimento como uma forma de expressão, descoberta e construção de conhecimento.

Para Ayoub (2001), a criança é sinônimo de movimento, sua ausência pode acarretar manifestações de comportamentos indesejáveis, uma vez que o movimento é muito importante para o desenvolvimento integral da criança. A ação pedagógica nessa primeira etapa da escolarização deve criar condições para que as crianças possam gradativamente se tornar independentes, ter autonomia, possibilitando assim, maior interação com colegas, professores e pais.

Assim, nas aulas de educação física, segundo Ayub (2001), a criança deve alfabetizar-se na linguagem corporal, legitimando as aulas da referida disciplina como um momento em que a criança tem que brincar com o corpo. Ainda de acordo com a autora, na ação pedagógica, brincar com a linguagem corporal, significa criar situações nas quais a criança entra em contato com diferentes manifestações da cultura corporal. Essas oportunidades ao serem planejadas e implementadas pelo professor, entram em comunicação corporal com as crianças, de forma que este tenha consciência da importância das primeiras comunicações e instruções não verbais.

Nesse contexto, podemos dizer que a ação pedagógica do professor de educação física, no cotidiano da educação infantil, deve ser planejada e sistematizada, devendo estar pautada nas diferentes manifestações corporais, do movimento, do jogo, da dança e das atividades lúdicas constituindo o processo de ensino-aprendizagem, em que se reconhece que cada criança é uma pessoa única e em desenvolvimento.

Ao considerarmos a adoção da educação física como componente curricular obrigatório na educação infantil, emerge uma grande preocupação, a de que se adote um modelo "escolarizante" na educação infantil, conforme afirma Ayoub (2001, p. 54):

A organização curricular em disciplinas com a presença de "especialistas" na educação infantil é uma discussão extremamente complexa que necessita contemplar, de um lado, as hierarquizações presentes entre os(as) profissionais da educação, as quais geram disputas por espaços político-pedagógicos e, de outro, os riscos de uma abordagem



fragmentária de conhecimento que tende a compartimentar a criança.

Nessa perspectiva, ao organizarmos o currículo em disciplinas e adotarmos uma abordagem fragmentária do conhecimento, corremos o risco de limitar as experiências das crianças, restringindo sua curiosidade natural e impedindo que desenvolvam uma compreensão abrangente do mundo ao seu redor.

A educação infantil é um período de descobertas, de exploração do ambiente, de interações sociais e de construção do conhecimento de forma integrada. Sendo assim, é fundamental proporcionar um ambiente que valorize a ludicidade, a criatividade e a diversidade de formas de expressão das crianças.

Portanto, ao nos fixarmos em um modelo "escolarizante", podemos negligenciar esses aspectos essenciais e impor um ritmo acelerado de aprendizado que não respeita o desenvolvimento natural das crianças. Além disso, é fundamental lembrar que as crianças são seres holísticos, que aprendem de maneira integral e não segmentada, de forma que suas experiências de aprendizagem devem ser significativas, envolvendo não apenas aspectos cognitivos, mas também emocionais, sociais e físicos.

Contudo, corroboramos com Sayão (2002) quando ela aponta que o grande problema não é o fato de vários profissionais ou especialistas estarem inseridos no campo da educação infantil, mas reside no fato de tais profissionais fragmentarem as funções de cada um, permanecendo isolados em sua área de conhecimento:

Numa perspectiva de Educação Infantil que considera a criança como sujeito social que possui múltiplas dimensões, as quais precisam ser evidenciadas nos espaços educativos voltados para a infância, as atividades ou os objetos de trabalho não deveriam ser compartimentados em funções e/ou especializações profissionais. Entretanto, a questão não está no fato de vários profissionais atuarem no currículo da Educação Infantil. **O problema está nas concepções de trabalho pedagógico desses profissionais que, geralmente fragmentam as funções de uns e de outros se isolando em seus próprios campos.** “[...] Portanto, não se trata de atribuir ‘funções específicas’ para um ou outro profissional e designar ‘hora para a brincadeira’, ‘hora para a interação’ e ‘hora para linguagens’”. O professor de Educação Física deve ser mais um adulto com quem as crianças estabelecem interações na escola. No entanto, só se justifica a necessidade de um profissional dessa área na Educação Infantil se as propostas educativas que dizem respeito ao corpo e ao movimento estiverem plenamente integradas ao projeto da instituição, de forma que o trabalho dos adultos envolvidos se complete e se amplie visando possibilitar cada vez mais experiências



inovadoras que desafiem as crianças. (SAYÃO, 2002, p. 59, grifo nosso).

A referida autora, complementa, ainda, a discussão sobre essa questão:

Diferentes profissionais podem atuar num mesmo currículo com as crianças pequenas, desde que assumam a ideia de formação solidária. Ou seja, uns e outros compartilham experiências que têm como fim a qualidade do trabalho desenvolvido. A troca constante dos saberes deve prevalecer sobre as atitudes corporativas que colocam a disputa pelo campo de trabalho acima das necessidades e interesses das crianças. (SAYÃO, 2002, p. 60, grifo nosso).

Em face ao cenário explicitado, é fundamental promover uma educação que privilegie a integração de conhecimentos, a valorização da criatividade e a formação de sujeitos críticos e participativos desde os primeiros anos de vida. Somente assim estaremos proporcionando uma educação de qualidade que atenda às necessidades e potencialidades das crianças, preparando-as para enfrentar os desafios do futuro.

6. CONCLUSÃO

Diante do exposto, se faz evidente e necessária a articulação entre a educação física e educação infantil, dessa forma, o componente curricular de educação física deve fazer parte do currículo da Educação Infantil.

Podemos citar várias razões pelas quais a educação física é considerada fundamental nessa etapa da educação, citamos abaixo, algumas delas:

- **Desenvolvimento motor:** a educação física proporciona às crianças oportunidades de desenvolver habilidades motoras básicas, como correr, saltar, lançar e manipular objetos. Essas habilidades são essenciais para o desenvolvimento físico e motor das crianças, contribuindo para o aprimoramento da coordenação, equilíbrio, força e agilidade.
- **Saúde e bem-estar:** a prática regular de atividades físicas desde a infância promove a saúde e o bem-estar das crianças. A educação física ajuda a combater o sedentarismo, promove a conscientização sobre a importância da atividade física e estimula hábitos saudáveis, contribuindo para prevenir doenças e promover o desenvolvimento saudável.



- Expressão corporal e emocional: por meio da educação física, as crianças podem expressar-se corporalmente, explorar diferentes formas de movimento e experimentar diversas emoções. As atividades físicas proporcionam um meio de comunicação não verbal, permitindo que as crianças expressem suas emoções, sentimentos e vivências de maneira criativa e significativa.
- Socialização e interação: a educação física na educação infantil oferece oportunidades para as crianças interagirem umas com as outras, trabalharem em equipe, respeitarem regras e normas sociais, desenvolverem habilidades de cooperação e resolução de conflitos. As atividades físicas em grupo promovem a socialização, o espírito de equipe e a construção de relacionamentos saudáveis entre as crianças.
- Desenvolvimento integral: a educação física contribui para o desenvolvimento integral das crianças, contemplando não apenas aspectos físicos, mas também cognitivos, emocionais e sociais. Ela promove a interação entre o corpo e a mente, estimulando a aprendizagem de forma integrada.

Portanto, a inclusão da educação física como componente curricular na educação infantil é essencial para promover o desenvolvimento integral das crianças, estimulando o corpo, a mente e as emoções de forma equilibrada e saudável.

No entanto, apesar da importância da educação física, sua inclusão como componente obrigatório na educação infantil enfrenta desafios que vão desde a falta de estrutura adequada nas instituições de ensino até a formação dos professores para o trabalho com essa faixa etária.

Pudemos vislumbrar que a educação física na educação infantil, é um campo de discussões, de debates e de reflexões, demarcado pela escassez de produções teóricas, bem como, de pesquisas e estudos que favoreçam a legitimação da aula e do professor de educação física nesta etapa da educação básica.

Portanto, acreditamos que a temática aqui apresentada mereceria uma discussão mais ampla, assim, nossos apontamentos não se esgotam aqui, é importante e necessário que sejam retomados e articulados às práticas daqueles(as) que atuam com as crianças pequenas nas instituições de educação infantil com a crescente produção de pesquisa.

Dessa forma, podemos dizer que há ainda várias questões para serem aprofundadas que favorecerão um avanço na produção na área educacional.

Por fim, entendemos, que a educação física tem um papel essencial na educação infantil, uma vez que pode proporcionar às crianças uma gama de experiências por meio



de situações nas quais as próprias crianças possam criar, inventar, descobrir movimentos novos, reelaborar conceitos e ideias acerca do movimento e de suas ações.

Ademais, é por meio de situações de experiências (com o corpo, com materiais e de interação social) que as crianças descobrem seus próprios limites, enfrentando desafios, conhecendo e valorizando o próprio corpo, relacionando-se com outras pessoas, percebendo a origem do movimento, expressando sentimentos, utilizando a linguagem corporal, localizando-se no espaço, entre outras situações voltadas ao desenvolvimento de suas capacidades intelectuais e afetivas, numa atuação consciente e crítica.

Dessa forma, a educação física poderá contribuir para a efetivação de um programa de educação infantil, comprometido com os processos de desenvolvimento da criança e com a formação de sujeitos emancipados.

REFERÊNCIAS

AYOUB, E. Reflexões sobre a Educação física na educação Infantil. Revista Paulista de Educação Física. São Paulo, supl. 4, p. 53-60, 2001. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/rpef/article/viewFile/139594/134898>>. Acesso em: 15 marc. 2023.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O Método da Revisão integrativa nos estudos organizacionais. Gestão e Sociedade. Belo Horizonte· vol. 5, nº 11, p. 121-136 - maio/agosto, 2011. Disponível em: <<https://www.gestaoesociedade.org/gestaoesociedade/article/view/1220/906>>. Acesso em: 05 marc. 2023.

BRASIL. Congresso Nacional, (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC/SEF, 1996. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil: Volume 3. Brasília: MEC/SEB, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Secretaria da Educação Básica. Resolução nº 5, de 17 de dezembro de 2009. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Brasília, 18 dez. 2009. Disponível em:



<http://www.seduc.ro.gov.br/portal/legislacao/RESCNE005_2009.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2023.

DARIDO, S. C. Para ensinar educação física. Papirus Editora, 2007.

DARIDO, S. C. Os conteúdos da educação física na escola. Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 64-79, 2005.

KISHIMOTO, T. M. A pré-escola na república. Pro-Posições, v. 1, n. 3, p. 55-66, 1990.

KUHLMANN JR., M. Infância e educação infantil: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

KUHLMANN JR., M. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). Cadernos de Pesquisa, n. 78, p. 17-26, 1991. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=institui%C3%A7%C3%B5es+pr%C3%A9+escolares+assistencialistas+no+brasil&oq=institui%C3%A7%C3%B5es+pr%C3%A9+escolares+>. Acesso em: 15 fev. 2023.

KUHLMANN JR., M. Educando a Infância Brasileira. In: Lopes; E. M. T.; Faria Filho; L. M.; Veiga, C. G. (orgs.). 500 anos de Educação no Brasil. 5 ed.; Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

MANCINI, M. C.; SAMPAIO, R. F. Quando o objeto de estudo é a literatura: Estudos de revisão. Revista Brasileira de Fisioterapia, São Carlos, v. 10, n. 4, p. 361-472, out./dez. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbfis/v10n4/00.pdf>>. Acesso em: 14 MARC. 2023.

NEIRA, M. G.; SOUZA JÚNIOR, M. A Educação Física na BNCC: procedimentos, concepções e efeitos. Motrivivência, Florianópolis, v. 28, n. 48, p. 188-206, set. 2016. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2016v28n48p188/32570>>. Acesso em: 05 marc. 2023.

PILOTTI, F. J.; RIZZINI, I. (Ed.). A infância sem disfarces: uma leitura histórica. In: _____ A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil. Instituto Interamericano del Niño, 1995, p. 15-30.

SAYÃO, D. T. A Disciplinarização do Corpo na Infância: Educação Física, Psicomotricidade e o Trabalho Pedagógico. In: SAYÃO, D. T.; MOTA, M. R. A.; MIRANDA, O. (Org.). Educação Infantil em Debate: idéias, invenções e achados. Rio Grande: Fundação Universidade Federal do Rio Grande, 1999.

SAYÃO, D. T. Corpo e movimento: notas para problematizar algumas questões relacionadas à educação infantil e à educação física. Revista Brasileira de Ciências do Esporte, v. 23, n. 2, 2002. Disponível em: <<http://www.rbce.cbce.org.br/index.php/RBCE/article/view/270>>. Acesso: 13 maio 2023.



SAYÃO, D. T. Cabeças e corpos, adultos e crianças: cadê o movimento e quem separou tudo isso. Revista Eletronica de Educação. São Carlos, v.2, n. 2, p. 92-105, nov. 2008.

Disponível em:

<<http://www.reveduc.ufscar.br/index.php/reveduc/article/view/20>>. Acesso: 13 maio 2023.

VANTI, E. dos S. Filosofia e currículo para a infância: alcances do (s) método (s) froebeliano (s) na educação pré-escolar. Educação e Filosofia, v. 16, n. 32, p. 97-115, 2002. Disponível em: <https://scholar.google.com.br/scholar?hl=pt-BR&as_sdt=0%2C5&q=filosofia+e+curriculo+para+a+infancia+vanti&btnG=>>.

Acesso em: 10 fev. 2023.

Revista Transversal

UNIESP S.A.
